

N. F. N° - 206851.0001/18-1  
NOTIFICADO - LAVROBRAS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA  
EMITENTE - CARLOS AUGUSTO BARBOSA NOGUEIRA  
ORIGEM - INFAZ OESTE  
PUBLICAÇÃO - INTERNET - 25.01.2022

#### 6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF N° 0002-06/22NF-VD

**EMENTA:** ICMS. CRÉDITO FISCAL. USO INDEVIDO. VALOR SUPERIOR AO DESTACADO NO DOCUMENTO FISCAL. Reconhecida parte dos valores exigidos. Restou comprovado que a NF-e que foi objeto da exigência fiscal não continha destaque do imposto e o crédito fiscal só poderia ser regularizado mediante a emissão de Nota Fiscal complementar (art. 309, §6º do RICMS/BA). Instância única. Notificação Fiscal. **PROCEDENTE.** Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

A Notificação Fiscal emitida em 27/06/2018, acusa utilização indevida de crédito fiscal de ICMS em valor superior ao destacado nos documentos fiscais - R\$6.721,19 (2013) acrescido da multa de 60% (ATUALIZADO R\$14.218,52).

Na justificativa apresentada (fls.7/9) o notificado discorre sobre a infração, elenca os valores exigidos por mês e afirma que concorda com a exigência dos valores de R\$36,62 (09/2013) e R\$34,57 (10/2013), em razão de ter ocorrido equívocos na utilização de créditos fiscais.

Quanto ao valor de R\$6.650,00 (08/2013) afirma que tinha direito a utilização desse crédito relativo à NF-e 33312 que teve ICMS destacado e recolhido no mês de competência, que em 15/07/2013 o cliente Durval Miranda Junior efetivou a devolução de um trator, com emissão da Nota Fiscal 1.403.052 pela SEFAZ/TO que foi corretamente escriturada. Argumenta que houve erro de indicação do CFOP 6949 na Nota Fiscal, quando o correto seria o CFOP 6202, “*não destacamento do imposto quando do preenchimento do campo DADOS DO IMPOSTO, deixando em branco*” em que pese constar dados do produto e compensação do ICMS conforme art. 18, XVI do RICMS/TO, fazendo constar no campo de dados adicionais a informação “REF A DEVOLUÇÃO TOTAL DA NF-e nº 33312”.

Entende que houve um erro formal por parte da SEFAZ/TO no preenchimento da NF de devolução e não pode ser penalizada diante do documento idôneo. Requer improcedência da Notificação Fiscal.

Não houve produção de informação fiscal, tendo sido a justificativa encaminhada para o CONSEF.

#### VOTO

A Notificação Fiscal (NF) acusa exigência de ICMS relativo à utilização indevida de crédito fiscal em valor maior que o destacado no documento fiscal, tendo o notificado na justificativa apresentada reconhecido como devido os valores de R\$36,62 (09/2013) e R\$34,57 (10/2013). Portanto, inexistindo controvérsia, fica mantida a exigência destes valores.

Com relação ao valor de R\$6.650,00 (08/2013) alegou que apesar da Nota Fiscal 1.403.052 emitida pela SEFAZ/TO não ter destacado o ICMS, trata se de devolução de um trator relativo à saída pela NF-e 33312 e requer que seja reconhecido o direito da utilização do crédito fiscal.

Pela análise dos elementos constantes da Notificação Fiscal observo que:

- 1) O demonstrativo de fl. 4 relaciona a NF-e 1.403.052 indicando lançamento de crédito de R\$6.650,00 na EFD e valor zero de ICMS destacado na referida Nota Fiscal;
- 2) A cópia da NF-e 1.403.052 emitida em 15/07/2013 juntada à fl. 18 não tem destaque de ICMS;
- 3) A cópia do livro REM (fl. 20) indica lançamento do crédito fiscal no valor de R\$6.650,00.

O notificado juntou também cópia da NF-e 33312 (fl. 15) emitida em 03/09/2012 e cópia do livro RSM (fl. 16) no qual foi lançado o débito correspondente de R\$6.650,00.

Pelo exposto, restou comprovado que o estabelecimento notificado lançou crédito fiscal no valor de R\$6.650,00 (07/2013), relativo a NF-e 1.403.052, que não tem destaque de ICMS e consequentemente ocorreu a infração.

Quanto ao argumento de que se trata de operação de devolução e houve erro formal por parte da SEFAZ/TO em não destacar o ICMS na NF-e 1.403.302, observo que a operação de venda pela NF-e 33313 ocorreu no mês de setembro de 2012 e a suposta devolução pela citada na NF-e emitida pela SEFAZ/TO ocorreu no mês de julho de 2013, ou seja, quase um ano depois e são operações distintas.

O RICMS/BA no seu art. 309, § 6º estabelece:

*Art. 309. Constitui crédito fiscal de cada estabelecimento, para compensação com o tributo devido em operações ou prestações subsequentes e para fins de apuração do imposto a recolher, salvo disposição em contrário:*

*§6º Quando o imposto não estiver destacado no documento fiscal ou o seu destaque tiver sido feito a menos, a utilização do crédito fiscal restante ou não destacado ficará condicionada à regularização mediante emissão de documento fiscal complementar, pelo remetente ou prestador, vedada a utilização, para esse fim, de “carta de correção”.*

Portanto, não tendo sido destacado ICMS na NF-e 1.403.302, a utilização do crédito fiscal fica condicionada à regularização mediante emissão de documento fiscal complementar, com o devido destaque do ICMS, fato que não foi comprovado e, portanto, indevida a utilização do crédito fiscal. Rejeitado o argumento defensivo.

Voto pela **PROCEDÊNCIA** da Notificação Fiscal.

## **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância única julgar **PROCEDENTE** a Notificação Fiscal n.º **206851.0001/18-1** lavrada contra **LAVROBRAS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA** devendo ser intimado o notificado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$6.721,19** acrescido da multa de 60% prevista no art. 42, VII, “a” da Lei 7.014/96 e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 21 de janeiro de 2022.

ARIVALDO LEMOS DE SANTANA - PRESIDENTE

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - RELATOR

EDUARDO VELOSOS DOS REIS - JULGADOR